



***A VIA CRUCIS DO MENOR OU UMA POLÍTICA DO LUTO:
UMA CRÍTICA DA VIOLÊNCIA NA CAMPANHA DA FRATERNIDADE
(BRASIL, 1975-1987)***

***EL VIA CRUCIS DEL MENOR O UNA POLÍTICA DEL DUELO:
UNA CRÍTICA A LA VIOLENCIA EN LA CAMPAÑA FRATERNIDADE
(BRASIL, 1975-1987)***

***THE VIA CRUCIS OF THE MINOR OR A POLITICS OF MOURNING: A
CRITICISM OF VIOLENCE IN THE FRATERNIDADE CAMPAIGN
(BRAZIL, 1975-1987)***

José dos Santos Costa Júnior¹

RESUMO

As 15 estações do calvário de Jesus Cristo foram apropriadas pela Campanha da Fraternidade (CF) na quaresma de 1987 para tornar visível o problema do jovem marginalizado. Partindo de um arquivo textual e audiovisual, problematiza-se: como, ao constituir imagetivamente o sujeito infantojuvenil vulnerabilizado, a CF fez usos do passado e operou uma política do luto sobre as vidas juvenis perdidas para a violência nos anos 1970/1980? A partir da crítica pós-estruturalista de Foucault e Butler o texto problematiza as condições de emergência da CF em três enfoques: analisa os usos do passado na interface entre os rostos de Cristo e do menor; cartografa as ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); descreve as formas de participação infantojuvenil como políticas de subjetivação. Em termos metodológicos, opera-se com as ferramentas da arqueologia e da genealogia de Michel Foucault para descrever as materialidades enunciativas e as disputas na ordem do saber-poder por certa concepção do que era o jovem marginalizado, abrindo o caminho para uma crítica da subjetividade com a ótica pós-estruturalista de Foucault e Butler sobre os processos de sujeição. Conclui-se sobre a singularidade da luta por direitos humanos no início da redemocratização e as tensões operadas na configuração de um novo “sujeito de direitos”.

PALAVRAS-CHAVE: Campanha da Fraternidade. Juventudes. Política do luto. CNBB.

RESUMEN

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor no Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, Paraíba, Brasil.

Las 15 estaciones del Calvario de Jesucristo fueron comentadas por la Campaña de la Fraternidad (CF) en la Cuaresma de 1987 para visibilizar el problema de los jóvenes marginados. A partir de un archivo textual y audiovisual, surge la pregunta: ¿cómo, al constituir imaginariamente al sujeto vulnerable del niño y del joven, la CF hizo uso del pasado y operó una política de duelo por las vidas de los jóvenes perdidos por la violencia en los años 1970/1980? ? A partir de la crítica postestructuralista de Foucault y Butler, el texto problematiza las condiciones de emergencia de la ciencia ficción en tres enfoques: analiza los usos del pasado en la interfaz entre los rostros de Cristo y el menor; cartografía de acciones de las Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB); describe las formas de participación infantil y juvenil como políticas de subjetivación. En términos metodológicos, utiliza las herramientas de la arqueología y la genealogía de Michel Foucault para describir las materialidades enunciativas y las disputas en el orden del conocimiento-poder sobre una determinada concepción de lo que eran los jóvenes marginados, abriendo el camino a una crítica de la subjetividad con la Perspectiva postestructuralista de Foucault y Butler sobre los procesos de sometimiento. Concluye sobre la singularidad de la lucha por los derechos humanos en los inicios de la redemocratización y las dificultades involucradas en la configuración de un nuevo “sujeto de derechos”.

PALABRAS-CLAVE: Campaña de Fraternidad. Jóvenes. Política del duelo. CNBB.

ABSTRACT

The 15 stations of Jesus Christ's Calvary were commented on by the Fraternity Campaign (CF) in Lent 1987 to make visible the problem of marginalized young people. Starting from a textual and audiovisual archive, the question arises: how, by imagetically constituting the vulnerable child and youth subject, did the CF make use of the past and operate a policy of mourning over the youth lives lost to violence in the 1970s/1980s? Based on the post-structuralist critique of Foucault and Butler, the text problematizes the conditions of emergence of SF in three approaches: it analyzes the uses of the past in the interface between the faces of Christ and the minor; cartography of actions of Base Ecclesiastical Communities (CEBs); describes forms of child and youth participation as policies of subjectivation. In methodological terms, it uses the tools of archeology and Michel Foucault's genealogy to describe the enunciative materialities and the disputes in the order of knowledge-power over a certain conception of what marginalized young people were, opening the way for a critique of subjectivity with the post-structuralist perspective of Foucault and Butler on the processes of subjection. It concludes on the singularity of the struggle for human rights at the beginning of redemocratization and the difficulties involved in the configuration of a new “subject of rights”.

KEYWORDS: Fraternity Campaign. Youths. Politics of mourning. CNBB.

* * *

Introdução

Não seria novidade dizer que o Brasil é um país marcado pelo discurso judaico-cristão em sua acepção católica desde o período colonial, quando sequer era um país independente. Todavia, se colocarmos em perspectiva histórica a presença da Igreja Católica na formação social brasileira, uma miríade de cenas, acontecimentos, personagens e modalidades de atuação na relação Estado-sociedade se delineia em múltiplos arquivos históricos do século XVI ao tempo presente. Este texto delimita como

objeto de análise um traço da atuação contemporânea da Igreja Católica no Brasil, ou seja, a Campanha da Fraternidade (CF). Ela foi criada em 1964, quando a estrutura eclesial passou por transformações graças ao Concílio Vaticano II (1962-1965) e as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín (Colômbia, 1968) e Puebla (México, 1979). Focaliza-se aqui a CF-1987, cujo tema era Fraternidade e Menor e o lema “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”, visando responder: como, ao constituir imagetivamente o sujeito infantojuvenil marginalizado, a CF fez usos do passado e criou uma política do luto sobre as vidas juvenis perdidas para a violência nos anos 1970/1980?

Para a sua realização havia uma série de materiais de divulgação, entre eles um manual básico para orientar as ações nas diferentes Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na Quaresma (4 de março a 19 de abril). O tema foi proposto na 23ª Assembleia da CNBB realizada de 10 a 19 de abril de 1985 em Itaipava, em São Paulo. Vinha sendo estudado na entidade desde 1975, quando foi criada a Pastoral do Menor (Azzi, 1992). No manual explicavam-se sobre as duas fases que marcaram a história da CF:

De 1964 a 1972, os temas da Campanha da Fraternidade (CF), inspirados na Constituição dogmática conciliar sobre a Igreja – LUMEN GENTIUM, voltaram-se mais para a renovação interna da pessoa e da Igreja. De 1973 até hoje, sem deixar de lado essa tarefa própria do período litúrgico quaresmal de PENITÊNCIA E CONVERSÃO, a CF passou a dar ênfase ao documento conciliar GAUDIUM ET SPES, isto é, à renovação da Igreja em relacionamento com o mundo, sob a influência de Medellín (1968), do Sínodo sobre Justiça no Mundo (1971) e dos acontecimentos sociais e políticos da América Latina e do Brasil (CNBB, 1987, p. 2-3).

A Igreja assumiu a sua “opção pelos pobres”. Desse posicionamento emergiu uma série de textos, imagens e pronunciamentos críticos sobre as violações de direitos humanos contra crianças e jovens no presente, mas também sobre a própria formação histórica colonial na América Latina. Destaca-se no manual as crianças indígenas, pobres, do meio rural e urbano, enfatizando o menor e a menor.

A escolha do tema do MENOR empobrecido e marginalizado para a CF-87, está em coerência com os temas tratados, sobretudo nestes últimos anos. De fato: família (1977), trabalho e justiça (1978), migração (1980), saúde (1981), educação (1982), violência (1983), vida (1984), fome (1985), terra (1986) revelaram o absurdo no qual sobrevivem milhões de Menores neste imenso e rico Brasil. Em cada um destes temas a Igreja foi percebendo o rosto de Cristo na cruel realidade do Menor empobrecido e marginalizado. Antes mesmo de ser assunto de uma CF, em muitos lugares, a Igreja começou a reagir

criando grupos e organizações, entre as quais a Pastoral do Menor e a Pastoral da Criança (CNBB, 1987, p. V).

Teólogos como Leonard Boff e Pablo Richard cada vez tiveram mais incidência no repensar da prática da Igreja. Como destaca Flávio Sofiati (2013), houve entre os anos 1970-80, uma nova forma de a instituição eclesial ler a realidade latino-americana. Usou-se como referencial teórico e político elementos do marxismo, exercendo o conceito de “classe social” uma força explicativa na Teologia da Libertação. Ela propunha outra experiência religiosa e espiritual que estivesse em sintonia com os problemas estruturais da sociedade. Portanto, a crítica ao capitalismo e ao colonialismo foi um conteúdo político marcante, devendo-se considerar ainda que a Teologia da Libertação nunca se constituiu como uma tendência teológico-política hegemônica na instituição (Sofiati, 2013, p. 218). Trata-se de uma teologia eminentemente política vinculada à ideia da “igreja como povo de Deus e não como instituição hierárquica” (Andrade, 2018, p. 174). Em perspectiva decolonial, Andrade compreende a Teologia da Libertação como uma “crítica moderna da modernidade”, pois na interface com as Ciências Sociais aqueles teólogos desvelavam “os mecanismos da exploração e da dominação estabelecidos desde a Conquista” da América em 1492 (Andrade, 2018, p. 174).

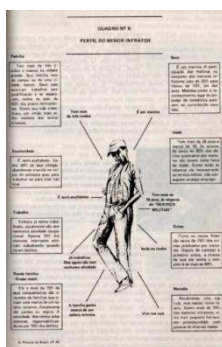
A mirada crítica sobre o problema do menor permitia lê-lo como questão vinculada ao racismo, à exploração capitalista e à desigualdade daí resultante. Para trabalhar o tema do menor marginalizado e infrator houve articulação com outros setores sociais, o que permitiu constituir todo um arquivo sobre o tema com estatísticas, imagens, textos. A presença de uma peça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) no acervo da CF, assim como recortes de jornais de época, deixa isso claro. Em 1986, quando a CF estava sendo preparada, recolheu-se junto ao MP-SP um texto que trazia a transcrição de uma palestra proferida pelo promotor Paulo Afonso Garrido de Paula. O documento intitula-se “A questão do menor e a constituinte” e problematiza o tema do adolescente marginalizado, posicionando-se contrariamente às possibilidades de redução da idade de responsabilidade penal. Critica o Código de Menores de 1979 e a institucionalização de adolescentes como a pior das alternativas. Na ótica do promotor,

a questão do menor é antes de tudo uma questão sócio-política. Reside, na origem em um sistema que se sustenta através de estruturas desiguais, destinadas a manter o poder político nas mãos do poder econômico. Para acumular capital, concentrar riquezas e beneficiar-se de privilégios, a minoria que comanda pauperiza e explora a classe

trabalhadora, mantendo a gritante desigualdade na relação capital-trabalho (MP-SP, 1986, p. 24).

Isso ajudou a CNBB a construir sua argumentação sobre o problema do menor. Tal aspecto demonstra a rede saberes e poderes (institucionais ou não) que criaram os debates sobre a “questão do menor” e a levaram até a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) entre fevereiro de 1987 e outubro de 1988 (cf. Costa Júnior, 2020). Um dos aspectos mais interessantes do manual da CF-1987 foi a composição do perfil do menor infrator, deixando claro como o racismo foi condicionante na fabricação da imagem do menor abandonado e infrator, como sugere a imagem abaixo. O que quer dizer um perfil? As linhas que traçaram as características do menor infrator que ocupava o centro da imagem retomavam alguns critérios racistas criados no século XIX. No manual foi definido o sexo (masculino), a cor da pele (preta), a idade (mais de 16 e menos de 18 anos), a escolaridade (semianalfabeto), um modelo familiar composto por mais de três filhos no ambiente urbano.

FIGURA 1: Tiranias da identidade: o perfil do menor.



Fonte: CNBB, 1987, p. 37.

No contexto do manual a temática do menor abandonado, delinquente e infrator de ambos os sexos foi amplamente abordada em suas mais de 300 páginas. Havia três passos ou gestos cruciais ao entendimento do tema e sua discussão.

A **primeira parte**, o VER apresenta a crua realidade em que sobrevive o Menor e a Menor na sociedade brasileira. Interessam aqui as causas e consequências sociais da situação e que estão configuradas no contexto socioeconômico e político do Brasil, retratado sobretudo no chamado CICLO DE MARGINALIZAÇÃO, aplicado ao caso do Menor e da Menor. [...]

A **segunda parte**, o JULGAR propõe, em nível de fé, desafios específicos à consciência de todos, visando a conversão pessoal e social em vista da busca de soluções libertadoras para o Menor. Recorre-se então à própria ação de Deus na história, que se manifesta sempre como defensor da viúva, do órfão, do estrangeiro, do pobre.

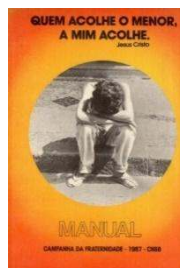
Na **terceira parte**, o AGIR apresenta propostas para desencadear ações que concretizem uma resposta ao apelo da criança, do adolescente e do jovem empobrecidos. Sejam, ao mesmo tempo, sinal de que está havendo uma busca eficaz de libertação global. É preciso buscar soluções corajosas para a questão do Menor e da Menor no Brasil. A partir do que está sendo feito na prática das comunidades e nas tentativas de mudança nas estruturas sociais injustas procurar-se-á sensibilizar toda a Igreja e pessoas de boa vontade e autoridades constituídas para um compromisso organizado e orgânico em favor dos irmãos pequeninos marginalizados, explorados e alienados, vítimas de um contexto social de pecado (CNBB, 1987, p. 5-6).

Ao longo de todo o manual afirmava-se que o menor não era efetivamente um problema, uma vez que deveria ser considerado pelo Estado e a sociedade como solução para os desafios do país. A divulgação da CF 1987 foi planejada com base em três materiais iniciais:

Texto-base: que era o documento principal contendo a reflexão da presidência e do Conselho Episcopal de Pastoral sobre o tema da CF e que inspira todos os demais subsídios da campanha; o *Manual*, que trazia enfeixados em forma de livro, quase todos os demais subsídios como os cânticos, as orientações litúrgicas, os encontros nas famílias, os encontros catequéticos com crianças, os roteiros para jovens, os círculos bíblicos, a Via Sacra, a Hora Eucarística, a Celebração da Penitência, as orientações para os MCS; o *Cartaz*, impresso em 4 tamanhos diferentes (CNBB, 1987, p. XIV, alteração do tempo verbal).

O Cartaz foi construído por alunos do curso de Publicidade e Propaganda da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP), em SP. Eles se inscreveram no Concurso Nacional para o Cartaz sob o nome “Equipe Markemos” com outros 52 candidatos. Os vencedores: Ana Flávia Rodrigues, Eliete Maria Campanha, José Francisco Broglio, Marcella Missaglia Bresciani, Marcos Antônio Nascimento, Sandra Regina Antonietto e Olindo Sousa Filho.

FIGURA 2: Cartaz oficial da CF 1987 da CNBB.



Cartaz: 45,6 de largura x 64,1 de altura.

Em um pequeno texto dizia-se: “Trata-se de uma foto de um Menor sentado à beira de uma calçada, inclinado, de cabeça baixa, solitário em pleno dia, desanimado e

esperando a solidariedade de alguém. Um círculo de suave colorido ressalta o Menor e lhe dá sinal de esperança” (CNBB, 1987, p. VII). O corpo era de um menino, branco, com cabelos encaracolados, aparentemente vestido apenas com uma calça e usando um chinelo de dedo. Sentado em uma calçada, sua imagem figurava dentro de um círculo que serviu para focar a imagem no cartaz, sendo que o jogo de cores entre o laranja e o amarelo favoreciam o enfoque, o direcionamento do olhar de quem mirasse o cartaz que continha outros elementos: nome da campanha, sigla, ano e menção ao Evangelho. O manual foi produzido e impresso em Brasília. A frase usada como lema continha a “assinatura” de Jesus Cristo, repercutindo uma sentença do Evangelho de Mateus.² Ora, a “questão do menor” vinha sendo objeto de debates desde o século XIX e atravessou o século XX com transformações singulares tanto do ponto de vista da sua abordagem por diferentes campos do conhecimento (cf. Costa Júnior, 2021; Alvarez, 1989) e como dilema às relações entre gerações, classes sociais e propostas entre sociedade civil e Estado.

Procedimentos metodológicos

A partir da seleção de uma série documental composta por diferentes fontes históricas provenientes do Centro de Documentação e Informação (CDI) da CNBB, em Brasília – mobilizando-se cartazes, cartilhas, informativos, fotografias avulsas, álbuns, documentos audiovisuais (músicas, participação em rádios) –, constituiu-se a problemática sobre como as estratégias de comunicação da CF-1987 contribuíram no debate público sobre o jovem marginalizado, configurando-o imgeticamente. Duas observações metodológicas se impõem: *a)* a partir da abordagem teórico-metodológica que cruza as ferramentas da arqueologia e da genealogia de Michel Foucault (2012) e da crítica pós-estruturalista de Judith Butler (2017) pensa-se o sujeito como efeito de um conjunto de práticas sociais de linguagem que o fabricam como espaço habitável, viável, em determindando campo de forças, ou seja, o jovem marginalizado não preexiste no mundo natural, mas é definido em termos econômicos, sociais, geracionais e jurídicos a partir de saberes diversos e relações de poder às quais tais conhecimentos se relacionam de forma densa como vida vivível ou matável, inclusive (Butler, 2018); *b)* a série constituída funciona como estratégia para responder ao problema, mas não visa recobrir um período.

² “**O maior no Reino dos céus.** Naquele momento os discípulos aproximaram-se de Jesus para perguntar: ‘Quem é o maior no Reino dos céus?’ Jesus chamou um menino, colocou-o no meio deles e respondeu: ‘Eu vos declaro esta verdade: se não vos tornardes de novo como os meninos, não podereis entrar no Reino dos céus. Portanto, aquele que se dizer pequeno como este menino será o maior no Reino dos céus. Quem acolher um menino como este em meu nome, é a mim que acolherá’ (Mateus, 18: 1-5)”. Cf. *Bíblia*. LEB - Edições Loyola. São Paulo, 1994.

O recorte temporal indicado entre 1975 e 1987 visa tornar inteligível as estratégias discursivas que a CNBB constituiu entre a formação da Pastoral do Menor, a promoção de debates sobre o tema nos anos 1980 e sua efetuação na CF. Daí pensa-se as regularidades discursivas, os enunciados que atravessaram e tornaram possível as diferentes formas de tornar o problema visível e dizível na malha textual e imagética da campanha.

Na crítica pós-estruturalista de Foucault e Judith Butler mobilizada neste texto, aciona-se principalmente a noção de discurso (Foucault, 2016) como prática constitutiva dos objetos de que fala e que emerge de processos de disputa na ordem do saber e do poder, o que envolve dinâmicas linguísticas e não linguísticas, na medida em que o discurso não se reduz à forma texto, a um ato de fala, ou a um pronunciamento, mas se constitui como prática social atravessada por enunciados variados e que se materializa na forma material de uma sonoridade, uma imagem etc., e que está sendo situada em um campo associado com diferentes formas de saber que não se articulam de modo horizontal nem homogêneo, mas habita um território denso, tenso e descontínuo. (cf. Costa Júnior, 2020). Nisso, considera-se que a arqueologia como procedimento de descrição do discurso é uma condição *sine qua non* para a genealogia das práticas de subjetivação contemporâneas, uma vez que o passo inicial da genealogia do sujeito é a crítica da linguagem (Mosé, 2014), envolvendo aspectos discursivos e não discursivos que configuraram historicamente certas práticas de violência e resistência.³

Portanto, no âmbito de uma pesquisa que se insere no campo da história da subjetividade infantojuvenil contemporânea, este texto problematiza as práticas por meio das quais uma determinada maneira de pensar e visualizar o jovem marginalizado se tornou possível. Além disso, com Butler (2018) aciona-se a reflexão sobre como determinada prática de “reconhecimento” do outro na ordem do discurso e na cena pública torna possível uma configuração do luto como experiência subjetiva e coletiva em que a vida (em seu sentido biológico, moral e jurídico) ganha um valor no campo social e se torna objeto de decisão.

Uma vez que o problema proposto alude aos usos do passado, este texto não consiste em um estudo sobre a recepção e tradução da liturgia bíblica do mundo antigo para o contemporâneo, o que imporia uma série de estratégias metodológicas específicas.

³ Para uma discussão sobre as conexões entre arqueologia e genealogia no estudo da subjetividade e das práticas de poder e saber, cf. Costa Júnior (2017) e Costa Júnior (2022).

Interessa mais enfatizar como por meio da CF se fez uma seleção de trechos do Evangelho e da própria configuração do rosto de Cristo como emblema para tornar apreensível o rosto do menor. O debate sobre os usos do passado se insere diretamente na agenda de pesquisas posteriores à Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto (ou *Shoah*, como assim designam os judeus), tocando em temas como negacionismo, revisionismo e as implicações éticas e políticas no estudo do tempo presente e das formas de testemunho (César, 2012). Tais estudos podem recobrir também episódios específicos que explicam e explicitam como o “trauma” funciona como bloqueador de inscrições sobre a experiência histórica. Ao não permitir a inscrição, isto é, a produção de memórias e narrativas sobre este passado, gera-se uma série de conflitos que se materializam em políticas de esquecimento e revisionismos irresponsáveis. A dificuldade que alguns países têm de lidar com o passado colonial, as experiências ditatoriais e os genocídios deixam claro o poder que a inscrição tem na experiência coletiva (cf. Albuquerque Júnior, 2012). No caso da CF-1987, indaga-se como ela fez para articular o problema presente do menor marginalizado com o rosto de Cristo, fazendo do Evangelho uma forma de olhar para a atualidade. Isso contribuiu para que a CF-1987 fosse uma política do luto pelas vidas juvenis perdidas para a criminalidade e a violência de Estado no período (cf. Costa Júnior, 2021), pois como sugere Butler (2018, p. 16):

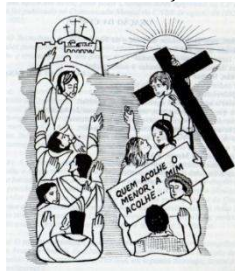
A capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida ou, melhor dizendo, como parte da vida. Desse modo, a produção normativa da ontologia cria o problema epistemológico de apreender uma vida, o que, por sua vez, dá origem ao problema ético de definir o que é reconhecer ou, na realidade, proteger contra a violação e a violência. Estamos falando, é claro, de diferentes modalidades de violência em cada nível desta análise, mas isso não significa que todas sejam equivalentes ou que não seja necessário estabelecer alguma distinção entre elas.

A repartição entre vidas que devem viver e vidas passíveis do descarte é politicamente construída, daí a política de luto ser antes de tudo um ato em favor da vida. Por se tratar de uma pesquisa que mobiliza um arquivo institucional para analisar como o segmento infantojuvenil foi abordado e visibilizado, esta pesquisa se insere no campo de estudos da História da Infância e Juventude, constituído de forma marcadamente interdisciplinar a partir dos anos 1960 e que tem contado com avanços importantes em termos temáticos, metodológicos e epistemológicos. Da Sociologia da Juventude à História dos Jovens tem-se discutido sobre o caráter arbitrário e inventado das idades da vida e os conflitos de ordem intergeracional (Groppo, 2017; Levi & Schmitt, 1996), bem

como pensado diferentes formas de atuação dos jovens do passado e do presente na história, o que não indica a necessidade de arquivos ou fontes históricas específicas para lê-los em sua historicidade – incluindo seus pertencimentos de gênero, raça, etnia, idade, sexualidade, região etc. –, mas a educação do olhar para perceber como infâncias e juventudes – sim, no plural! – vêm sendo constituídas ao longo do tempo e negociadas principalmente a partir do século XVIII em sua relação com instituições como a escola, religião, trabalho, moral etc. Ser criança e ser jovem são experiências de variação contínua (Heckert, 2018), daí a pesquisa histórica sobre infâncias e juventudes dever sempre buscar mapear os dispositivos que aí atuam, localizando tais experiências infantojuvenis no tempo, espaço e formas de criação que as caracterizaram ontem e hoje.

A via crucis entre os usos do passado e uma liturgia da dor

FIGURA 3: A imagem do menor e a via sacra: mediação entre Jesus e o menor sem nome.



Fonte: Manual da CF, 1987. Acervo do Centro de Documentação e Informação da CNBB, em Brasília.

O sonho de um menino

Era uma vez um menino...
Tinha a idade do Brasil, embora fosse ainda uma criança.
Um menino gigante, historicamente empobrecido, doente.
Não era negro, não era índio, não era branco;
mas em suas veias corria o sangue dos três povos.
Carregava no peito infantil profundas e dolorosas cicatrizes: feridas repetidamente abertas e reabertas, que revelavam o sofrimento de cinco séculos de existência.
Primeiro assistiu ao massacre de seus antepassados indígenas:
Surpreendidos pelos invasores, haviam sido brutalmente assassinados.
A história os fez vítimas de uma política de exclusão e extermínio.
Foram sugados em todas as suas forças.

Presenciou também o cativo
de seus antepassados negros, trazidos a ferro da

mãe-terra-África, marcando com o estigma da escravidão, este solo que sempre os renegou e ainda os renega.
Foram sugados em todas as suas Esperanças.
Sangrando por essas feridas de séculos, expulsos da terra e impedidos de a ela retornar.
O menino, depois de muito caminhar, acabou caindo na cidade.
Pisou o asfalto duro, contemplou os Prédios mudos; teve a alma esmagada pelo concreto, pela pedra, pela máquina.
Abandonado e solitário em meio à multidão, chorou amarga, copiosa e doloridamente, sentado à beira da calçada e da vida.

Uma noite, deitou-se à porta de uma loja e dormiu ao som de centenas de passos dos transeuntes. Sonhou...
sonhou com pés, sim, com pés, muitos pés!
Eram mil, dois mil, milhões, um número infinito de pés
Num silêncio surpreendente, avançavam

em determinada direção.
Eram como que os olhos, os ouvidos, e a boca de um grande povo; porque o povo vê, ouve e fala com a sabedoria dos pés que caminham!
Enfim, detiveram-se e fixaram-se numa terra: terra limpa, fecunda, pronta para receber a semente!
De súbito, os pés puseram-se a criar Raízes – fortes, longas.
E das pernas, dos braços, da cabeça, de todo o corpo, nasciam ramos, depois folhas e por fim, flores e frutos.
Os pés eram homens e mulheres e eram também árvores – verdes, vigorosas.
E eram, ao mesmo tempo, os seus antepassados mortos.
O tempo estava bom, o sol sorria com todas as suas forças.
Havia pássaros, havia cantos e danças,

havia festa no ar.
Era primavera, um novo dia, um novo tempo!
O menino acordou, acordou com um pontapé e um grito:
era a polícia.
Ele tinha ousado invadir o vão da porta de uma propriedade privada.
Aos chutes e berros, foi atirado num camburão.
Tremendo de medo e de frio, o menino relembra o sonho:
Um sorriso de imensa ternura iluminava-lhe o semblante.
E duas grossas lágrimas rolavam quentes pela face escura.
Os criativos se parecem com o Deus da vida, CNBB, CF-1987, p. 36.

Desde que a CNBB decidiu estudar o tema do menor abandonado em 1985, a Via Sacra (ou *via crucis*, do latim) foi vista como estratégia visual, pois tornaria possível levar os corpos das crianças para as atividades de encenação. Desejava-se produzir uma semelhança entre as dores do Cristo e as do menor. Se desde que fora fabricada na era moderna, a ideia de uma via sacra apelava para sentimentos como compaixão, empatia e renúncia, tal história milenar foi mobilizada para entender os contornos de uma situação presente. Assim, houve uma profusão de imagens para chamar a atenção. A imagem do menor sendo posta ao lado do caminho de Cristo em direção ao calvário (Figura 3) fez parte da distribuição espacial. Os atores que compunham o cenário também eram distintos, uma vez que a presença masculina ao lado de Cristo predominava nessa imagem – mas não em toda a iconografia cristã –, enquanto que ao lado do menor estavam mulheres e homens, distribuídos de modo quase equitativo. Assim, os significados se constituem no jogo de detalhes que estruturam a imagem. A presença masculina ao lado esquerdo (Jesus) indicava os apóstolos como aqueles que primeiramente exerceram o apoio, questionaram e enfrentaram a ação de Pôncio Pilatos. A parte direita (imagem do menor) insistiu na atualidade do sofrimento do Cristo, agora encarnado na figura do menor. A imagem redistribuiu a função social dos apoiadores da tortura e a rede de resistência, constando do roteiro orientando os passos para a reprodução da via sacra⁴ no

⁴ De acordo com a Enciclopédia Católica Popular publicada pela editora Paulinas, o significado da via sacra é o seguinte: “Também chamada Via Crucis, é, segundo o Directório da Piedade Popular e Liturgia (DPPL 131-135), o mais apreciado exercício de piedade em louvor da Paixão de J. C., pelo que se pratica sobretudo nos tempos penitenciais. Consiste em acompanhar espiritualmente o trajecto de Jesus desde a agonia no Getsémani até à morte e sepultura no Calvário, com momentos de meditação e oração em várias estações. Síntese de várias devoções, a sua

manual da CF.⁵ Em Balsas, no Maranhão, foi produzido um roteiro com orientações e dados locais sobre a situação do menor para subsidiar a encenação.⁶ Foram apresentados casos que poderiam contribuir para entender cada etapa da via sacra. A proposta foi “reconstituir” as estações desde a condenação à morte por Pilatos até a ressurreição. O roteiro tinha a seguinte estrutura: “número da estação”, “nossa realidade” e “reflexão”. A seguir, as imagens que aparecem intercaladas com as estações foram extraídas do *Roteiro para os grupos de reflexão*, produzido pela Diocese de São Mateus.

FIGURA 4: Pôr o corpo em cena, mobilizando saberes e afetos, foi uma estratégia da CF 1987.

prática desenvolveu-se a seguir às Cruzadas, promovida pelos Franciscanos e particularmente por S. Leonardo de Porto Maurício (+1751). Presentemente conta 14 estações baseadas em passagens dos Evangelhos ou em tradições populares: 1) Jesus condenado à morte; 2) Toma a cruz; 3) Cai pela primeira vez; 4) Encontra sua Mãe; 5) O Cireneu ajuda-o a levar a cruz; 6) A Verónica enxuga-lhe o rosto; 7) Cai pela segunda vez; 8) Consola as filhas de Jerusalém; 9) Cai pela terceira vez; 10) É despojado das vestes; 11) É pregado na cruz; 12) Morre na cruz; 13) É descido da cruz e entregue a sua Mãe; 14) É depositado no sepulcro. Os títulos das estações podem ser criteriosamente alterados, como o fez várias vezes João Paulo II na V.-S. de Sexta-Feira Santa no Coliseu, p.ex., em 1992: 1) Jesus no Horto das Oliveiras; 2) Traído por Judas, é preso; 3) É condenado; 4) É negado por Pedro; 5) É levado a Pilatos; 6) É flagelado e coroado de espinhos; 7) Carrega a cruz; 8) É ajudado pelo Cireneu; 9) Fala às mulheres de Jerusalém; 10) É crucificado; 11) Fala ao bom ladrão; 12) Tem Maria e João ao pé da cruz; 13) Morre na cruz; 14) É deposto no sepulcro. Este exercício de piedade encontra-se indulgenciado (EI conc. 13). As estações podem distribuir-se no interior da igreja ou mesmo em trajecto ao ar livre, sendo assinaladas por uma cruz. O Ritual das Bênçãos reserva uma especial bênção para as estações da V. S. O Directório regista ainda outras devoções semelhantes, entre nós menos divulgadas: a Via Matris (dolorosae) com 7 estações, correspondentes às 7 dores de Nossa Senhora, desde a profecia de Simeão até à sepultura de seu divino Filho (DPPL 136-137); a Via Sanguinis, a evocar as 7 efusões de sangue do Senhor explícita ou implicitamente recordadas no Evangelho (DPPL 178); e a Via Lucis que, no seguimento da Via-Sacra, recorda, no Tempo Pascal, as várias aparições do Senhor ressuscitado (DPPL 153)”. Disponível em: http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.php?id_entrada=1962. Acesso em 21 de fev. 2020.

⁵ A numeração dos capítulos e versículos seguiu três bases: a) as informações contidas no capítulo “A Via Sacra do Menor” no manual da CF 1987, pp. 53-69; b) indicações que constam na página Aletheia. Disponível em: <https://pt.aletheia.org/2018/03/29/via-sacra-no-coliseu-meditacoes/>. Acesso em 20 de fev. 2020; c) Bíblia Sagrada: Mensagem de Deus. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

⁶ A pesquisa realizada no Centro de Documentação e Informação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CDI-CNBB), em Brasília, em julho de 2019, permitiu acessar um conjunto muito variado e rico de documentos sobre a atuação da Igreja Católica no âmbito da Campanha da Fraternidade de 1987, especialmente, mas outros que permitem pensar diferentes atividades e estratégias de mobilização da sociedade em prol de temáticas específicas. Deste modo, referente à campanha de 1987 foram coletadas mais de 20 publicações (livretos, folhetos, manuais, etc.), assim como um conjunto de cartas entre bispos, comunicados oficiais da CNBB, desenhos, gravuras, letras de músicas, recortes de jornais, além de um álbum fotográfico composto pela CNBB com imagens das atividades da CF em diferentes locais do país.



Acervo do Centro de Documentação e Informação da CNBB, em Brasília.

*1ª Estação: Crianças recebem cada dia a setença: condenadas à morte
Jesus é condenado à morte (Mateus 15, 12-15)*

Diariamente a estrutura social e econômica condenava milhares de vidas infantis no país. Segundo dados coletados pelo jornalista Carlos Alberto Luppi, em 1980, 63 milhões de brasileiros eram jovens menores de 18 anos. A CNBB denunciava que em 1985 haviam nascido 3.887.999 crianças e morreram aproximadamente 320.000 entre 0 e 4 anos de idade. Para cada 10 crianças que morriam na América Latina, 5 eram brasileiras (CNBB, 1987, p. 23). Dona Maria e o senhor Lucas, de um bairro periférico do MA. Os pais eram doentes, sífilíticos. As crianças eram raquíticas, subnutridas, sem condição de um crescimento normal. O caçula, com 5 anos, tinha o físico de uma criança de 8 meses, cega, surda e muda. O maior aparece como “o normal”. Os materiais buscavam indagar: as crianças do nosso sertão e dos nossos bairros eram condenadas a quê? Ali as crianças sobreviviam vendendo suquinhos, temperos, bolos, atuando como empregadas domésticas, em oficinas mecânicas. No sertão, o trabalho era na roça.

*2ª estação: A criança carrega a cruz da miséria e do abandono
Jesus toma a sua cruz nos ombros (Marcos 8, 34-35)*

“Susaninha, 5 anos, filha de mãe solteira. Ficava em casa sempre sozinha, enquanto a mãe saía para ganhar a vida. Uma noite, às dez horas, Susana estava sentada no meio da rua, soluçando de medo, porque acordou e não encontrou sua mãe, saindo a esperá-la na rua. Que tipos de cruces os menores carregam? Falta de segurança, inclusive no lar, crianças que moram longe dos pais, abandono” (CNBB, 1987, p. 144). Foram muitas as histórias apresentadas a partir de pequenos fragmentos de jornais, relatos de crianças de todo o país, formando um conjunto disperso que era mobilizado para dar rosto, matéria e vivência ao tipo de discurso que constituía as ações da CNBB. Cristo, encarnado na figura do menor, aparece como horizonte para sair do sofrimento da fome. A via crucis não era só o sofrimento, mas sua superação.

FIGURA 5: Da conversão à atenção ao menor desamparado: roteiro para os grupos de reflexão.



Campanha da Fraternidade. Diocese de São Mateus, ES, 1987.

*3ª estação: A criança nasce para viver... não tem condição... e morre
Jesus cai pela primeira vez (Isaiás 53, 4-5)*

1986. Bairro periférico de Balsas. De julho a dezembro foram constatadas mais de 60 mortes de crianças, de zero a 3 anos de idade. As causas: desidratação unida à desnutrição e falta de cuidados. Questionava-se sobre a expansão da riqueza para uma minoria da população. Levava-se adiante o estereótipo referente ao mundo dos empobrecidos, das favelas e cortiços que saíam 70% dos menores infratores no país, (CNBB, 1987, p. 144). Na interface entre textos e imagens pode-se ler como se urdiu uma narrativa sobre o problema do menor a uma série de outras questões estruturais, desde a pobreza, as estruturas violentas do Estado e a violência urbana. Houve ainda, nos materiais da CF, uma ambivalência no uso dos termos criança, adolescente, jovem e menor tomados muitas vezes como sinônimos. Mas as circunstâncias em que o termo menor e criança apareceram se referiam a procedimentos distintos. O episódio da construção do perfil do menor infrator foi um dos momentos mais significativos.

FIGURA 6: O menor e o meio social.



Campanha da Fraternidade. Diocese de São Mateus, ES, 1987.

*4ª estação: A criança explorada no trabalho
Jesus encontra com a sua mãe, Maria (Lucas 2, 34-35)*

Nas ruas das cidades parecia ser cada vez mais frequente encontrar crianças vendendo suquinhos, engraxando sapatos, entre outros trabalhos. “A exploração destas crianças é um fato gritante”, dizia-se em Balsas, “pois, o dono fica com a maior parte do dinheiro, ficando para as crianças que passam o dia todo na rua uma ninharia”. Além da exploração laboral, também havia violência física e moral. Perguntavam-se: será que

também nós somos exploradores ou violentos com as crianças? Esta questão para os educadores parece ter criado uma conversa sobre as dimensões da violência no cotidiano.

*5ª estação: Raimundo, Cirineu do menor
Jesus recebe a ajuda de Cirineu (Lucas 23, 26)*

“Raimundinho, morador de nosso sertão. Viúvo, com dois filhos, casou com outra viúva, também com dois filhos. Do seu matrimônio nasceram outros dois. Rosa, vizinha do lugar, morreu deixando duas filhas mais em herança para o casal. Indo na rua, Raimundinho encontrou um negrinho abandonado e o levou para a sua casa. Raimundinho fala assim: ‘Eu não tenho nada, mas quando eu morrer, se tiver uma esteira, cada um dos meus nove filhos vai levar uma palha’”. Pinçar o exemplo de Raimundinho ajuda a entender os valores presentes nas classes populares e os sentidos da cooperação, ajudando a entender a recorrência nesse material sobre o sentido do acolhimento.

*6ª estação: O rosto do menor é o rosto de Jesus
Verônica enxuga o rosto de Jesus (Isaiás 53, 2-3)*

Belo Horizonte, um bairro de periferia. Olhando a situação de tantos menores abandonados, a comunidade paroquial alugou uma casa para acolher estes menores. Ali se deu a experiência de uma grande família. Havia espaço para trabalhos e estudos. Os que não tinham família encontraram ali um espaço possível. “Como é o rosto do Cristo nos pequenos da zona rural, das ruas de nosso bairro e de nossa comunidade? O que estamos fazendo para transformar o rosto sofredor de Cristo destas crianças marginalizadas?” O rosto de Cristo aparece como marca “universal” a ser associada com a alteridade representada por crianças e jovens pobres e marginalizados. Cristo estaria com eles e os conduziria ao projeto de “redenção”. Mas como entender a produção social do rosto? O antropólogo francês David Le Breton (2019, p. 189-190) afirma o seguinte:

a evidência do rosto dissimula o quanto ele escapa, por todos os lados, às tentativas de circunscrevê-lo, de apreendê-lo, de fixar de uma vez para sempre a fugaz familiaridade que, às vezes, ele deixa entrever. Para o indivíduo – pelo menos, no Ocidente –, o rosto é, provavelmente, o primeiro motivo de admiração, seja ao olhar para si mesmo em um espelho ou em uma fotografia, ou ao procurar – por exemplo, no relacionamento amoroso – compreendendo as feições e o olhar do outro.

A assimilação do rosto de Cristo ao do menor quis mediar a unidade e universalidade de um rosto a uma multiplicidade de experiências presentes. A ideia de “salvação” foi ressignificada. Não se tratava mais de racionalizar em termos econômicos e políticos os modos de livrar a criança minorizada da teia de exclusões, mas mobilizar um referencial religioso, moral e estético para redefinir o sujeito infantojuvenil e o governo das condutas. No poema que abre essa seção se fez a crítica às formas como a desigualdade de classe misturou-se às injustiças étnico-raciais. *O sonho de um menino* descreve um episódio onírico em que uma criança negra sonhou enquanto dormia. Logo nos primeiros versos nota-se como a narrativa se estruturou na tensão entre o real e o sonhado, entre ser e não ser negro, entre ser menor e gigante, indicando a posição da criança entre o passado herdado e o futuro imaginado, mas logo impedido. Assim, era um menino gigante, mas empobrecido. Diz-se inicialmente que não era negro, mas que trazia em suas veias as heranças dos três povos formadores da nação brasileira: indígenas (povos originários), negros (africanos) e brancos (português). Aí se nota um uso do passado, recuperando o mito das três raças constitutivas do país e que remonta à obra de Karl von Martius e sua proposta de como se devia escrever a história do Brasil, apresentada em concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), publicado em 1845 e que fincou raízes no pensamento social e racial brasileiro até o tempo presente (cf. Schwarcz, 1993).

7ª estação: A menor é desrespeitada e violentada
Jesus cai pela segunda vez (Isaias 53, 8-10)

“Adeildes, 12 anos. Veio do sertão para estudar na cidade, filha de mãe solteira. A tia a convenceu a trabalhar num bar, e neste trabalho foi prostituída por um homem casado. Ela fugiu com medo da mãe, para o garimpo do Pará, junta com outras mulheres, entre as quais várias adolescentes, também prostituídas. No garimpo pegou malária e morreu”. O marcador de gênero foi estruturante na divisão social e sexual do trabalho e das formas de exclusão no Brasil. A construção social “do” menor diz muito sobre as divisões de sexo e gênero estabelecidas, o que ocasionou processos como o uso dos corpos infantojuvenis femininos no trabalho doméstico não remunerado ou sub-remunerado, assim como em situações de abuso e exploração sexual comercial, apesar de que a documentação da CNBB usava ainda a expressão “prostituição”. A CF fez uma ação na mídia e em espaços como a Galeria de Arte Antônio Bandeira, em Fortaleza (CE). A

participação das crianças contribuiu para a venda dos manuais, gerando uma renda complementar para elas e suas famílias.

FIGURA 7: Participação das famílias na Via Sacra do Menor e de crianças em exposição na Galeria de Arte Antônio Bandeira, em Fortaleza/CE.



Acervo do CDI/CNBB, Brasília.

*8ª estação: As mães choram a situação dos filhos sofredores
As mulheres de Jerusalém lamentam no sofrimento de Jesus (Lucas 23, 27-31)*

“Esperança. Mulher da vida, quase cega. Cinco filhos e outro a caminho. Tem que trabalhar de lavadeira para ganhar a vida, ganhando ninharia, lutando pela sua sobrevivência e a dos seus filhos”. As mulheres abandonadas por seus maridos e com filhos para criar tinham o seu drama acentuado. Nas propostas de acolhimento da CF o Estado quase nunca era mencionado. O enfoque na ação comunitária dialogava muito com o tipo de percepção presente na Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) criada em dezembro de 1964 pelos militares (cf. Costa Júnior e Daminelli, 2023). O critério da “ação comunitária” parece ter sido um mesmo enunciado que organizou práticas discursivas e não discursivas em âmbitos distintos. Esse enfoque nas comunidades foi objeto da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que davam os fundamentos para o funcionamento das forças de segurança na ditadura (CF. Rosemberg, 2016).

*9ª estação: O pequeno trabalhador cai sob o peso de um trabalho que está acima das suas forças
Jesus cai pela terceira vez (Isaiás 53, 5-6)*

“José, rapaz de 15 anos. Largou seus estudos para ir trabalhar na fazenda do doutor. Depois de 6 meses desmatando, foi mandado embora, sem receber um centavo. Seu irmão Antônio também teve um acidente na mesma fazenda, com o trator, e ficou aleijado de uma perna. Não recebeu nem um cruzado de indenização”. As histórias de José e Antônio mostram como as relações de trabalho desumanizante geram deficiências e formas de desamparo pelo capital. Um deles teve a sua vida parcialmente impedida.

*10ª estação: O menor despojado do direito de viver
Jesus é despojado de suas vestes (João 19, 23)*

Da mesma forma como Jesus foi despojado de suas vestes, sob o corpo do menor várias violações também incidiam. Sem educação, sem alimento, sem possibilidade de uma vida digna, sem... As situações de risco às quais crianças e adolescentes estavam expostas contrastava com algumas mudanças que há algumas décadas vinham se configurando no plano jurídico internacional. Entre os anos 1950 e 1980 houve mudanças nos direitos de crianças e jovens em documentos da ONU, repercutindo no Brasil. A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1959, criou a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Lá preconizava-se:

Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe.

Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade.

Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física e mentalmente deficiente.

Direito à educação gratuita e ao lazer infantil.

Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho.

Direito à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade (ONU, 1948, s/p).

Um dos efeitos produzidos por estas tensões no campo jurídico, como sugere Eleonora de Brito, apareceu na própria forma de nomear o “menor”, pois, com a nova redação do Código de Menores 1979, “o conceito de ‘delinquente’ foi substituído pelo de menor em ‘situação irregular’” (Brito, 2007, p. 64). Isso tinha a ver com o reaparelhamento das instituições e os novos escopos jurídicos. A alteração abriu as condições internas para a recepção posterior dos debates que transformariam de modo estrutural a legislação infantojuvenil na ótica da proteção integral como paradigma (cf. Costa Júnior & Barrero Júnior, 2018). Assim, na esteira da Declaração de Genebra de 1924⁷ – criada ainda no âmbito da Liga das Nações –, a Declaração de 1959 e a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 tiveram papel importante no ordenamento do Direito Público Internacional⁸, estando esta última vinculada aos princípios e prerrogativas contidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH-1948). Entretanto, de acordo com Fúlvia Rosemberg e Carmen Lúcia Sussel Mariano (2010), o processo de construção dos documentos foi marcado por tensões entre os países, pois havia diferentes concepções de infância e de direitos. Internamente, tanto

⁷ Esta declaração foi adotada pela Liga das Nações em 1924 a partir de documento elaborado em 1923 pela organização não governamental International Union for Child Welfare, cf. Arend (2015).

⁸ Sobre a construção dos artigos 1 e 2 da Convenção e a conjuntura política do período, cf. Arend (2020).

a CF quanto outras propostas que circularam no período pressionaram o Estado em busca da transformação do escopo jurídico-legal, redefinindo assim as políticas públicas.

O projeto inicial da Convenção de 1989 foi apresentado no começo de 1978 pelo governo polonês diretamente à Comissão de Direitos Humanos da ONU, em um gesto que homenageou Janusz Korczak.⁹ Esperava-se que o texto fosse aprovado rapidamente para que pudesse figurar simbolicamente no ano seguinte, marcado como Ano Internacional da Criança. Havendo críticas por parte de países ocidentais, decidiu-se criar um Grupo de Trabalho – GT, sem número delimitado de membros em sua composição, com o objetivo de apreciar um segundo projeto de Convenção que também foi apresentado pelo governo polonês. O referido GT se reuniu anualmente entre 1980 e 1987 (e em duas ocasiões em 1988). A Convenção obteve aprovação na Comissão de Direitos Humanos, no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e na Assembleia Geral da ONU. Porém, as tensões antes e depois da aprovação se deram em vários aspectos: na distribuição da participação dos países nas sessões do GT; nas concepções divergentes de direitos humanos nas culturas de cada país; na forma impositiva com que se apresentaram as concepções de matriz ocidental/liberal que, por sua vez, estava mais focalizada na formulação de direitos civis e políticos do que nos direitos econômicos e sociais.

A polarização política tensionou o processo de formulação de uma legislação definida em termos multilaterais. Tal conflito esteve expresso no período anterior com a formulação de dois pactos propostos pela ONU em 1966 como medidas técnicas para iniciar a efetivação da DUDH, isto é, o Pacto de Direitos Civis e Políticos (fortemente ocidental, liberal, estadunidense) e o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (sob a influência da União Soviética). O Brasil garantiu frequência nos debates do GT, tendo representantes em todas as sessões a partir de 1981. A repercussão no país foi importante, uma vez que a assinatura e posterior ratificação da Convenção em 1992 permitiram fomentar debates que estavam ocorrendo desde 1976 e que visaram propor uma alternativa legislativa e jurídica ao Código de Menores em 1979 que iria gerar debates na Assembleia Nacional Constituinte (ANC, 1987-1988) e nos anos 1990 e 2000.

11ª estação: O menor é pregado na cruz do trabalho

⁹ Considerado um nome importante na defesa dos direitos da criança no século XX, “Janusz Korczak foi um judeu-polonês nascido em Varsóvia em 1878, e pertencia a uma família de eruditos bastante assimilada, sentindo-se um verdadeiro polonês. Foi médico, educador, jornalista, escritor e criador de dois orfanatos baseados nos princípios democráticos de educação: um judaico, Don Sierot (1912-1942); e outro cristão, Nasz Dom (1919-1936)”. Morreu em 1942 no campo de concentração de Treblinka, na Polônia, sendo uma das tantas vítimas do Holocausto. Cf. Sarue (2011).

Jesus é pregado na cruz (Lucas 23, 33-34)

“Meninos e meninas do sertão tem que fazer, todos os dias, vários quilômetros para assistir à escola, muitas vezes sem comer nada. À tarde, quando voltam para casa, ainda têm que ajudar na roça, cuidar dos animais, dos irmãozinhos, lavar, etc”. No panorama internacional a discussão sobre direitos da criança havia tomado novos contornos na ONU. Um dos temas foi o trabalho infantojuvenil e as regras que deveriam normatizar em termos etários o acesso ao mercado de trabalho e as condições em que crianças e adolescentes poderiam exercer algum tipo de ofício remunerado. Ao estudar o processo de elaboração da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989, partindo do documento “Legislative History of the Convention on the Rights of the Child” da organização *Save the Children*, a historiadora Sílvia Arend focalizou as discussões sobre o Artigo 32 para pensar o labor infantojuvenil. Ao tratar das ressonâncias ou “ecos” desse debate jurídico internacional na legislação infraconstitucional, a autora enfatiza que “a socialização das crianças, adolescentes e jovens por meio das relações de trabalho tornara-se [...] quase uma regra para meninas e meninos pobres no mundo rural ou urbano” (Arend, 2015, p. 41).

Portanto, se no início dos anos 1980 uma série de movimentos se organizou para reivindicar direitos para infância e juventude, tal cenário deve ser lido como ponto de atravessamento de múltiplas narrativas e forças que disputaram o lugar da infância no mundo do trabalho, reforçando ou não determinadas práticas de exploração no trabalho (cf. Dourado, Dabat e Araújo, 2013). Arend situa que as discussões sobre trabalho infantojuvenil materializavam-se no escopo jurídico menorista, mas não necessariamente para fins de proteção. O Código de 1979 abordava o assunto somente em um artigo do Título VIII (“Do trabalho do Menor”) e situava a sua regulamentação no âmbito da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, em seus Artigos 402 e 441. Para os governantes, “o fato de um contingente populacional ingressar no mercado de trabalho formal e informal desde a infância não constituía uma questão que devesse ser tratada no âmbito da legislação para o ‘menor’” (Arend, 2015, p. 42).

12ª estação: Menores morrem cada dia
Jesus morre na cruz (Lucas 23, 46-47)

“Francisca, 13 anos. Interrompeu os estudos, deixou o bordado, e ficou grávida. O pai a obrigou a casar. Seu parto foi complicado, unido a uma crise de apendicite.

Morreu no parto”. Como reduzir o índice de mortalidade materna e infantil? A Pastoral da Criança focava em crianças de 0 a 6 anos com atividades como vacinação, peso, alimentação e higiene. As CEBs atuavam no diagnóstico local das demandas e na orientação. A dimensão comunitária reforçava a rede de apoio, mas também de denúncia, o que redefiniu uma nova economia do visível e do invisível, contribuindo para mudar sensibilidades e tornar intolerável práticas culturais como a violência sexual.

FIGURA 8: O menor, o trabalho, a violência e a comunidade. CF: Diocese de São Mateus, ES, 1987.



Acervo do Centro de Documentação e Informação da CNBB, Brasília.

*13ª estação: Menor encontrada quase sem vida
Jesus é descido da cruz (Lucas 23, 50-52)*

“Lúcia voltava de uma festa, à noite, quando foi surpreendida por 3 jovens drogados. Pegaram-na e a maltrataram de tal jeito que ficou em coma e ferida a tal ponto de ser irreconhecível até pelos próprios vizinhos. Foi levada para Imperatriz para se tratar, com o dinheiro arrecadado entre os vizinhos, pobres como ela. Ainda está traumatizada com a experiência, e nunca voltará a ser normal”. As relações de gênero baseadas na dominação masculina criaram formas de violência. O estupro reiterava a masculinidade e seu poder sobre o corpo-outro, marcando-o em sua diferença e dominando sua resistência. A sentença de que a adolescente jamais seria “normal” expressava a compreensão de que a violência sexual operou não somente com vista a um gozo no presente, mas a um domínio que se estende no tempo e tem um efeito de destinação sobre o corpo que foi marcado.

*14ª estação: Passa o cortejo fúnebre
A sepultura de Jesus (Lucas 23, 52-53)*

“Maria, Suzaninha, Adeildes, José, Francisca, Lúcia... Crianças sofredoras das nossas cidades, do nosso sertão”. O modo como a configuração da via crucis do menor foi desenhado fez apelo a uma certa política do luto. Articulado o rosto do menor com o rosto de Cristo, a CF transformou a cruz no significante principal, mas deslocando o significado. Ao transformar o sentido da via crucis por meio de histórias infantojuvenis

marcadas por violências, a CNBB contribuiu no trabalho de luto. Mas como a CF produziu uma política do luto? Ao tematizar esta problemática, Butler afirma o seguinte:

Muitas pessoas pensam que o luto é privado, que nos isola em uma situação solitária e é, neste sentido, despolitizante. Acredito, no entanto, que o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética. Se meu destino não é, nem no começo, nem no fim, separável do seu, então o “nós” é atravessado por uma relacionalidade que não podemos facilmente argumentar contra; ou melhor, podemos argumentar contra, mas estaríamos negando algo fundamental sobre as condições sociais da nossa própria formação (Butler, 2019, p. 43).

A subjetividade é efeito de uma trama coletiva. Trata-se de pensar como o luto exerceria uma função não apenas simbólica, mas fundamentalmente ética para entender os dramas singulares e locais dos diferentes menores nas cidades brasileiras, mas também se compreender como parte dessa rede de violência. Falava-se ali em violência como um dos elementos constitutivos dessa rede, não sendo o principal nem o único. Se a CF contribuiu na organização de um processo de enlutamento pelas vidas perdidas, desde a inanição provocada pela ausência do alimento às mortes promovidas em esquinas e ruelas por policiais e milícias como o esquadrão da morte (cf. Costa Júnior, 2021, Parte II), então o trabalho de luto fala sobre a vida. “Enlutar e transformar o luto em um recurso para a política não é resignar-se à inanição, mas pode ser entendido como o processo lento pelo qual desenvolvemos um ponto de identificação com o próprio sofrimento” (Butler, 2019, p. 51). Se vida e morte são construídas e distribuídas socialmente e é no plano da cultura que se define quem pode viver e quem deve morrer e quais terão suas vidas enlutadas, eis que o trabalho de luto fornece os elementos para constituir o enfrentamento às práticas de promoção da morte e negação da vida. Um trabalho assim demonstra como os afetos não estão distantes da política, mas que no trabalho do luto se combinam uma tripla dimensão ética, política e estética.

*15ª estação: O menor está ressuscitando
Jesus ressuscita (Lucas 24, 1-12)*

“Nossa realidade: Algumas atividades: inúmeros grupos se organizam no Brasil a partir da ação dos educadores de rua, multiplicando atividades, segundo as possibilidades. Restaurantes comunitários, associações e cooperativas, centros comunitários, são

algumas das muitas iniciativas desses grupos com apoio de instituições oficiais e civis. Esses grupos de Meninos e Meninas de Rua já estão atingindo um nível de organização que se consolida até mesmo nacionalmente e possibilita voz e vez aos próprios menores. A presença do Agente de Pastoral, como fermento nestes Movimentos autônomos, pode propiciar um intercâmbio rico de frutos para os menores e para os Educadores de Rua”.

FIGURA 9: Um relato “pessoal” no arquivo institucional.



Acervo do Centro de Documentação e Informação da CNBB, Brasília.

A participação infantojuvenil cada vez mais se constituía como prerrogativa para reconstruir a democracia brasileira. Na CF pode-se ver que em sua política de constituição de um arquivo figuraram imagens de crianças participando, decidindo, contribuindo. Ao articular relatos e fotografias, a CF contribuiu para que as “vozes” das crianças aparecessem de algum modo no escopo do seu arquivo institucional. As formas como tal participação se deu parece conter diferenças na maneira como as crianças tomaram a palavra para falarem sobre si. Algumas crianças e adolescentes se expressaram de modo genérico dizendo que a partir dali os menores poderiam ser “ajudados” por ações conduzidas por adultos e outras falaram sobre as pequenas “vantagens financeiras” que a CF deu com a venda dos manuais. Após conhecerem a CF, houve interesse delas para participar de outras edições. No caso daquelas que participaram, alguns relatos permitem pensar as imagens e gestos que as próprias crianças construíram para dar sentido àquela experiência. Portanto, as imagens com o corpo dos menores encenando a via sacra se constituíram como elemento modulador naquela política de subjetivação, isto é, política de criação do sujeito infanto juvenil em dada experiência. Se ali o corpo do menor foi articulado ao sofrimento do Cristo, também foi investido por um outro sentido: constituir uma experiência do reconhecimento de si e do outro como parte de uma democracia possível no novo Brasil que parecia surgir após os tempos da ditadura militar.

Considerações finais

Em 2024 a Campanha da Fraternidade chega aos 60 anos de existência e resistência na esfera pública. Para este ano o tema é “Fraternidade e Amizade Social” com o lema “Vós sois todos irmãos e irmãs” (Mateus 23, 8). Neste texto analisou-se as condições de possibilidade histórica da CF no Brasil, focalizando especificamente como a edição de 1987 contribuiu para a construção discursiva do jovem marginalizado na sociedade brasileira como a nova face de Cristo em meio à cultura da violência. Lendo a documentação proveniente do Centro de Documentação e Informação (CDI) da CNBB a partir do referencial analítico pós-estruturalista de Foucault e Butler, analisamos as políticas de subjetivação em curso – uma vez que se tratou de definir quem era, como vivia, como deveria vir a viver o menor marginalizado –, assim como refletimos sobre como a CF-1987 pode ser lida como um trabalho de luto por aquelas vidas perdidas para as violências que acometiam e ainda acometem a sociedade brasileira, ceifando as vidas dos mais pobres, negros e vulnerabilizados como indígenas e outros grupos sociais.

De 1964 para cá a CNBB abordou diferentes temas. O atual é semelhante àqueles das edições de 1966, 1967, 1974 e 1986. Quanto à juventude e à infância, estas apareceram de modo indireto em muitas campanhas, mas foi em 1992 que houve uma edição específica: “Juventude, caminho aberto”. Antes disso havia sido criada a Jornada Mundial da Juventude (originalmente, Giornata mondiale della gioventù ou GMG) pelo Papa João Paulo II, em 1985. Ocorria anualmente, mas depois passou a ter intervalos de dois ou três anos, sendo cada edição realizada em um país ou continente. O objetivo é mobilizar a juventude católica para a discussão de temas sociais lidos a partir do Evangelho, mas é aberto para todas as pessoas interessadas no evento. Portanto, neste texto discutimos sobre a participação da CF-1987 na constituição de um debate público sobre a situação de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e os atravessamentos em termos de gênero, classe social e raça que definiram os lugares para as culturas infantojuvenis subalternizadas. Os usos do passado para a configuração de uma política do luto deixou claro como o rosto de Cristo foi tomado como emblema para fazer pensar sobre o presente e a nova via crucis constituída para os excluídos da sociedade capitalista. As atividades de pesquisa, divulgação e participação da CF em diferentes meios de comunicação indica como a partir do Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais Latino-Americanas a Igreja Católica reordenou seu modo de ler e atuar na esfera pública em sua “Opção pelos pobres”. A crítica social e o combate às desigualdades se tornaram elementos constitutivos de uma nova liturgia ancorada no

conhecimento histórico que explica as desigualdades fabricadas, mas também incide sobre novas formas de combatê-las e superá-las coletivamente na produção de novas formas de vida que se disputam ao olhar para o passado e construir presentes possíveis.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As sombras brancas: trauma, esquecimento e usos do passado. In. VARELLA, Flávia Florentino (org.) *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- ALVAREZ, Marcos César. *A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. 207 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.
- ANDRADE, Luís Martinez. O capitalismo como religião: a Teologia da Libertação em uma perspectiva decolonial. *Caminhos*, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 168-180, jan./jun. 2018.
- AREND, Sílvia Maria de Fávero Arend. Direitos humanos e infância: construindo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1978-1989). *Tempo*, Niterói, v. 26, n. 3, Set./Dez. 2020.
- AREND, Sílvia Maria Fávero. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978-1989). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 29-47, jan./abr. 2015.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Só os criativos se parecem com Deus. *Subsídios para educadores*. Campanha da Fraternidade/Pastoral do Menor. Arquidiocese de São Paulo, 1987, 39p.
- AZZI, Riolando. *A Igreja e o menor na história social brasileira*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- BRASIL. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo (USP). Declaração Universal dos Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 20 de dezembro de 1959. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>. Acesso em 24 de dez. 2020.
- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Tradução de Rogério Bettoni. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Revisão de tradução de Marina Vargas. Revisão técnica de Carla Rodrigues. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Violência, luto e política. In. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Tradução de Andreas Lieber. Revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CÉZAR, Temístocles. Tempo presente e usos do passado. In. VARELLA, Flávia Florentino (org.) *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CNBB. *Manual da Campanha da Fraternidade*. Brasília: CNBB, 1987, p. 2-3.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos & BARRERO JUNIOR, Roger Camacho. Jovens como esperança na transformação: a campanha Juventude Participa! em Campina Grande (PB 2009-2011). *Revista Discente Ofícios de Clio*, v. 2, p. 10-30, 2018.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos & DAMINELLI, Camila Serafim. Relatos dissidentes, cenários da discórdia: (auto)biografias de um ex-interno e dois funcionários da Febem/SP. *História (São Paulo)*, v.42, e2023020, 2023.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. Pós-estruturalismo e escrita da história: a genealogia foucaultiana como crítica da subjetividade. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 25, n. 1, 2022.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. *Mal-estar na história da infância: a invenção do menor infrator no Brasil contemporâneo*. 504 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. O que pode um relato? A presença de um ex-interno do SAM e da Funabem na Assembleia Nacional Constituinte (Brasil, 1987-1988). *Revistas Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 33, n. 3, 2020.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. *Páginas de um novo tempo: a invenção do corpo infantil e as imagens da infância no boletim da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba (1947-1955)*. 281 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2017.

DOURADO, Ana; DABAT, Christine; ARAÚJO, Teresa Corrêa de. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In. DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 407-436.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

GROPPO, Luís Antonio. *Introdução à Sociologia da Juventude*. Jundiaí: Pacto Editorial, 2017.

HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Por uma infância menor. In. LOBO, Lília Ferreira & FRANCO, Débora Augusto. *Infâncias em devir*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

LE BRETON, David. *Rostos: ensaio de antropologia*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens I: da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO. *A questão do menor e a constituinte*. Documento datilografado. São Paulo, 1986, 24 p.

MOSE, Viviane. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ONU. *Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*. Ratificado no Brasil por meio do Decreto nº 591 de 6 de Julho de 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em 16 de abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Pacto de Direitos Cívicos e Políticos*. Ratificado no Brasil por meio do Decreto 592 de 6 de Julho de 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em 16 de abr. 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia & MARIANO, Carmen Lúcia Sussel. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: debates e tensões. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 141, p. 693-728, set./dez. 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In. FREITAS, Marcos César de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2016, pp. 205-228.

SARUE, Sarita Mucinic. *Janusz Korczak diante do sionismo*. 145 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOFIATI, Flávio Munhoz. O novo significado da 'opção pelos pobres' na Teologia da Libertação. *Tempo Social* (USP. Impresso), v. 25, p. 215-234, 2013.

Recebido em maio de 2024.
Aprovado em julho de 2024.